

FREDERICO AUGUSTO
LEOPOLDINO KOEHLER

A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

3^a

Edição revista,
ampliada e atualizada

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: o autor
Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Koehler, Frederico Augusto Leopoldino.
A razoável duração do processo. (3ª edição revista, ampliada e atualizada). / Frederico Augusto Leopoldino Koehler. – Londrina, PR: Thoth, 2023.

342 p.

Bibliografias: 313-342

ISBN : 978-65-5959-583-9

1. Razoável duração do processo. 2. Direito a um processo sem dilações indevidas. 3. Direito à indenização. 4. Tribunal Europeu de Direitos Humanos. I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS	11
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO	15
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	19
PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO	21
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO.....	23
INTRODUÇÃO	33

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E SUA INCLUSÃO NO BRASIL

1.1 Considerações sobre o “duelo” entre celeridade processual e segurança jurídica.....	41
1.2 Análise histórica do direito à razoável duração do processo	44
1.3 Evolução do instituto no Brasil	48
1.4 Consequências da inclusão do inciso LXXVIII no artigo 5º da Constituição Federal de 1988.....	53
1.4.1 Incentivo à pesquisa e aos estudos doutrinários.....	53
1.4.2 O uso do princípio como razão de decidir.....	55
1.4.3 Atuação do Poder Público para concretização do mandamento constitucional.....	65
1.4.4 Inconstitucionalidade das leis que atentem contra a razoável duração do processo.....	73
1.4.5. Indenizabilidade dos danos sofridos com a demora do processo	77

CAPÍTULO 2

DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE RAZOÁVEL DURAÇÃO DO

PROCESSO.....	83
2.1 Qual é o limite de tempo considerado razoável para a duração de um processo?.....	83
2.2 Critérios para determinação da duração razoável do processo	88
2.3 Elementos adotados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos	89
2.3.1 A complexidade do litígio.....	92
2.3.2 A conduta pessoal da parte lesada	95
2.3.3 A conduta das autoridades envolvidas no processo.....	100
2.3.4 O interesse em jogo para o demandante da indenização	103
2.3.5 As margens ordinárias de duração dos litígios do mesmo tipo daquele em que ocorreu a suposta demora irrazoável.....	105

CAPÍTULO 3

ASPECTOS CENTRAIS DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELA DURAÇÃO EXCESSIVA DO PROCESSO	109
3.1 Diferenciação entre os direitos à razoável duração do processo e à reparação por sua violação	109
3.2 Responsabilidade objetiva.....	110
3.3 Necessidade de comprovação do dano.....	115
3.4 O direito à justa reparação independe do êxito do reclamante no processo em que ocorreu a dilação indevida.....	118
3.5 A carência de recursos e de infraestrutura isenta o Estado da responsabilidade pela demora?.....	120
3.6 O problema da demora no julgamento das ações de indenização	124

CAPÍTULO 4

RESPONSABILIZAÇÃO PERANTE A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	127
4.1 O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.....	127
4.2 O Brasil e a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	132
4.3 Do processo perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	136

4.4 O caso Ximenes Lopes <i>versus</i> Brasil	140
4.5 O caso Garibaldi <i>versus</i> Brasil	144
4.6 O caso trabalhadores da Fazenda Brasil Verde <i>versus</i> Brasil	147
4.7 O caso empregados da fábrica de fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares <i>versus</i> Brasil	150
4.8 O caso Barbosa de Souza e outros <i>versus</i> Brasil.....	153
4.9 O caso Gabriel Sales Pimenta <i>versus</i> Brasil.....	158
4.10 Prejuízos à imagem do país perante a Comunidade Internacional....	162

CAPÍTULO 5

O PROCESSO DE INDENIZAÇÃO POR PREJUÍZOS ADVINDOS DA EXCESSIVA DEMORA NO BRASIL	165
5.1 Legitimidade ativa para a ação de indenização	169
5.2 Legitimidade passiva para a ação de indenização	174
5.3 Tipos/classes de processos abrangidos	181
5.4 Competência para o julgamento da ação.....	181
5.5 Abrangência do dano reparável	185
5.6 Punição por meio de publicidade reparatória	191
5.7 REsp 1.383.776-AM: o divisor de águas na responsabilização do Estado pela violação à razoável duração do processo no Brasil.....	196

CAPÍTULO 6

PROPOSTAS PARA A ACELERAÇÃO DO PROCESSO POR MEIO DO FORTALECIMENTO DA SENTENÇA	203
6.1 Prolegômenos necessários	203
6.2 O desprestígio da primeira instância como uma das principais causas da demora na prestação jurisdicional.....	208
6.3 O diagnóstico baseado em estatísticas.....	213
6.4 Efeito meramente devolutivo como regra geral nas apelações.....	223
6.5 Depósito prévio do valor da condenação ou do bem controvertido como requisito de admissibilidade da apelação	231
6.6 Vedação de recurso em controvérsia de valor ínfimo	238

6.7 Extinção da remessa necessária	248
6.7.1 Análise crítica do instituto	249
6.7.2 As vantagens da Fazenda Pública como litigante habitual (<i>repeat-player litigant</i>).....	258
6.8 Extensão do crime de desobediência aos servidores públicos e instituição da prisão civil por “ <i>contempt of court</i> ”	260

CAPÍTULO 7

PROPOSTAS PARA A ACELERAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	275
7.1 Tema Repetitivo 1.012/STJ: parcelar não é passe livre para não pagar..	275
7.2 EREsp 1.582.475/MG: a “famigerada” penhora de salário.....	276
7.3 REsp 1.815.055/SP: restrição da penhora de salário para pagamento de prestações alimentícias, excluindo as demais verbas de natureza alimentar .	279
7.4 Lei nº 8.009/90: penhora de imóvel residencial único de alto valor.....	280
7.5 Art. 833, X, do CPC: quais tipos de investimentos estão abrangidos na expressão “poupança”?.....	282
7.6 Art. 139, IV, do CPC: medidas atípicas contra devedores que tentam driblar a justiça.....	283
7.7 Art. 891, parágrafo único, do CPC: a necessidade de novas lentes para aferir o preço vil em leilão	287
7.8 Adjudicação por valor inferior ao da avaliação.....	289
7.9 A desjudicialização da execução civil: reflexões sobre o PL 6.204/2019 do Senado Federal	290
7.9.1 A desjudicialização da execução no Direito Comparado	291
7.9.2 Exame do PL nº 6.204/2019 do Senado Federal	293
7.9.3 Algumas sugestões e/ou reflexões críticas ao PL nº 6.204/2019	295
7.9.3.1 Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo (PEPEX).....	295
7.9.3.2 Irrecorribilidade das decisões judiciais acerca das consultas e suscitações de dúvidas (arts. 20 e 21 do PL nº 6.204/2019)	297
7.9.3.3 Possibilidade de fixação de multa por litigância de má-fé e/ou por ato atentatório pelo agente executivo e pelo juiz.....	298
7.9.3.4 Bloqueio imediato de ativos financeiros independentemente do prazo decorrido após a intimação judicial para pagamento.....	298

7.9.3.5 Possibilidade de serem partes na execução desjudicializada o incapaz, o condenado preso ou internado, as pessoas jurídicas de direito público, a massa falida e o insolvente civil300

7.9.3.6 Livre nomeação e destituição dos agentes executivos.....301

7.9.4 Conclusão quanto à execução desjudicializada e ao PL nº 6.204/2019..302

CONCLUSÕES.....303

REFERÊNCIAS..... 313